



Nº 28 - OUTUBRO 2021

REVISTA

# RECONEXÃO PERIFÉRIAS



FOTO: AGÊNCIA BRASIL

## Educação e poder político para as periferias

**Benedita da Silva e a  
representatividade  
negra no Parlamento**

**Educação prisional e  
direitos da população  
carcerária**

AGENDA DE LUTAS OUTUBRO DE 2021



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores



## Educação e poder político para as periferias

FOTO: PREFEITURA DE MANAUS



Outubro de 2021 e o Brasil segue vivendo a dura realidade de uma pandemia. Neste mês, atingimos a trágica marca de 600 mil mortos por Covid-19. Muitos desses óbitos poderiam ter sido evitados, caso Bolsonaro não estivesse à frente da Presidência da República, negando a ciência, cúmplice de atos de corrupção na aquisição de vacinas e desdenhando daqueles e daquelas que perderam suas vidas.

É com esse cenário de fundo que apresentamos essa edição da **Revista Reconexão Periferias**. Todavia, mais do que constatar e reclamar da situação, queremos buscar caminhos para sua superação. Assim, acreditamos que o acesso à educação pode ter papel fundamental nesse percurso, e ressaltamos, sobretudo, a importância da presença das periferias na disputa democrática pelo poder para recolocar à sociedade

uma proposta de projeto de país que contemple as necessidades e anseios dos sujeitos periféricos.

Propomos então, refletir sobre o tema da educação, a partir de dois prismas específicos, mas que muito dizem sobre a sociedade que queremos construir. Em artigo de Juliana Borges, discutimos educação e a negação de direitos nas prisões brasileiras. E em artigo de Hellen Virginia Alves,

**PROJETO RECONEXÃO PERIFÉRIAS** ■ **DIRETOR RESPONSÁVEL** ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS ■ **COORDENADOR DO PROJETO** PAULO CÉSAR RAMOS ■ **EQUIPE** ISAÍAS DALLE, JAQUELINE LIMA SANTOS, JULIANA BORGES, LÉA MARQUES, MATHEUS TANCREDO TOLEDO, SOFIA TOLEDO, VICTÓRIA LUSTOSA BRAGA, VILMA BOKANY ■ **COLABORADORES** SOLANGE GONÇALVES LUCIANO, THIAGO SILVEIRA, WEBER LOPES GÓES ■ **EDIÇÃO** LÉA MARQUES E ROSE SILVA ■ **REVISÃO** ROSE SILVA ■ **PRODUÇÃO EDITORIAL** CAMILA ROMA ■ **PROJETO GRÁFICO** CACO BISOL ■ **DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO** ALOÍZIO MERCADANTE (PRESIDENTE), VÍVIAN FARIAS (VICE-PRESIDENTA), DIRETORES: ALBERTO CANTALICE, ARTUR HENRIQUE, CARLOS HENRIQUE ÁRABE, ELEN COUTINHO, JÉSSICA ITALOEMA, JORGE BITTAR E LUIZ CAETANO

Maria Madalena Moreira e Tainá Trindade Pinheiro, debatemos a volta às aulas, durante a pandemia, de estudantes que são mães, e o total desamparo estatal com as políticas públicas de cuidados, educação e trabalho.

Para transformar essa realidade, é necessário que o Estado brasileiro esteja a serviço de um outro projeto de sociedade, o que só ocorrerá se desde a disputa política do poder institucional, feita por meio das eleições, estiverem presentes na agenda e nos representantes as pautas das periferias, das mulheres, das pessoas em situação prisional, dos negros e negras.

E é buscando explorar essa questão que apresentamos o artigo de Beatriz Chaves, que trata das

medidas de enfrentamento às desigualdades raciais e de gênero nas eleições. Ela afirma que estas medidas ainda se demonstram insuficientes para mitigar a predominância de homens brancos na política institucional, apesar de se mostrarem fundamentais para a mudança que queremos construir.

Como entrevistada do mês, Benedita da Silva, uma das parlamentares negras mais marcantes na política institucional brasileira pós-redemocratização, que fala da importância da presença de negros e negras no parlamento e no projeto de país que a esquerda quer construir.

O perfil retratado nessa edição é o do Coletivo da Terra, que trabalha com a formação de profes-

res no Mato Grosso, na perspectiva de valorização do conhecimento tradicional das comunidades quilombolas e indígenas presentes no território, apesar de estas viverem cercadas pelo modelo de produção do agronegócio. A proposta é promover a agricultura sustentável.

Se ainda falta um ano para a disputa eleitoral, a luta por essa construção política verdadeiramente democrática e inclusiva vem sendo buscada há muitos anos e segue sendo feita no hoje, aqui e agora. Esperamos que o conteúdo desta edição da Revista seja mais um instrumento para fortalecer as periferias nessa disputa. Boa leitura! ■

FOTO: ACERVO DO COLETIVO DA TERRA





# Educação prisional e a garantia de direitos à população carcerária

JULIANA BORGES

**JULIANA BORGES** É CONSULTORA DA ÁREA DE VIOLÊNCIA DO RECONEXÃO PERIFÉRIAS. CONSELHEIRA DA PLATAFORMA BRASILEIRA DE POLÍTICA DE DROGAS E DA INICIATIVA NEGRA POR UMA NOVA POLÍTICA SOBRE DROGAS E CONSULTORA DO NÚCLEO DE ENFRENTAMENTO, MONITORAMENTO E MEMÓRIA DE COMBATE À VIOLÊNCIA DA OAB-SP. AUTORA DOS LIVROS “ENCARCERAMENTO EM MASSA” (2019) E “PRISÕES: ESPELHOS DE NÓS” (2020)

**Entre os defensores das prisões como ferramenta de solução de conflitos é comum o discurso de que se trata de um espaço de ressocialização. A dinâmica e os princípios criminais são tão entranhados no senso comum que falta criatividade para pensar em outras saídas mais eficazes para solucionarmos problemáticas, tensionamentos e descumprimentos de acordos sociais. Contudo, se trabalharmos na premissa dos que defendem esse espaço como local de ressocialização, cabe perguntar: tem servido aos propósitos?**



FOTO: ACERVO PESSOAL

Um dos alicerces para esse processo de resgate é a educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em seu artigo 208, inciso I, estabelece que é dever do Estado o “ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua

oferta gratuita para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria”. A Lei de Execução Penal (LEP), em seus artigos 17 e 18, estabelece que “a assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do

internado” e que “o ensino de 1º grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa”. Poderíamos, ainda, lembrar o artigo 21, que prevê “estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos”. Mas, vamos à realidade do sistema prisional.

O Brasil tem a 3ª maior população prisional do mundo. Atrás apenas de Estados Unidos e China, nossa população prisional chega a cerca de 750mil pessoas, considerando-se, também, presos do regime aberto e em

carceragens da Polícia Civil. Em 2020, pela primeira vez, houve redução da população carcerária: de 709 mil detentos para 682, 1 mil<sup>1</sup>. Contudo, o dado ainda não é animador. A superlotação dos presídios é de 54,9% acima da capacidade – são 440,5 mil vagas – e o percentual de presos provisórios subiu para 31,9% do total de presos. Portanto, temos uma proporção de 322 pessoas em situação prisional para cada 100 mil habitantes, quando a média mundial fica em torno de 144 para cada 100mil.

A pandemia fez escancarar e aprofundar um cenário que já era alarmante: os presídios brasileiros já enfrentavam uma epidemia de tuberculose quando a pandemia da Covid-19 eclodiu. E a situação só se agravou desde então. Familiares e organizações de direitos humanos têm sistematicamente denunciado dificuldades, ou total ausência, de informações sobre as condições no presídio, tendo em vista que

houve suspensão das visitas. Informações do Mecanismo Nacional de Combate à Tortura apresentam os entraves para atendimento médico, mesmo quando presos apresentavam sintomas relacionados à Covid-19. Ainda segundo informações do Monitor da Violência, cerca de 57 mil presos foram infectados pela Covid-19, além de 20 mil servidores do sistema penitenciário.

Desse importante panorama sobre a pandemia, podemos refletir sobre as precariedades às quais são expostas as pessoas em situação prisional. Com enfoque no debate educacional que iniciamos, o cenário não é animador: menos de 13% têm acesso à educação; 8% são analfabetos; 70% não concluíram o ensino fundamental; e menos de 1% tem ensino superior. Ora, se estamos falando de um espaço de ressocialização, como permitimos que pessoas vivam sob a ampliação de precarização de suas vidas, já que fora a falta de acesso a esse princípio

basilar de ressocialização, há uma série de outras precariedades impostas como: superlotação, epidemias de sarna em algumas unidades prisionais do país, falta de esgoto e saneamento básico etc? Como falar em reconstrução de trajetórias se direitos básicos, como a dignidade, são negados e, em realidade, praticados como política prisional?

Os serviços educacionais no sistema prisional são precários e insuficientes, e uma série de dificuldades é imposta no cotidiano dos detentos, as quais inviabilizam possibilidades de participação em processos educacionais. Ou seja, as medidas disciplinadoras e de controle se impõem em relação ao princípio da recuperação e ressocialização. Quando o direito de acesso à educação é garantido, muitas vezes é realizado de maneira insuficiente ou com foco limitador, de uma educação mecanizante, subjugando mais ainda o indivíduo a uma dinâmica autoritária. Ora, seguindo premissas



FOTO: EBC

freirianas, a educação implica reflexão, realiza resignificação da relação com a vida, desenvolve capacidade crítica e criativa, ou seja, é uma prática de liberdade.

A educação no sistema prisional, portanto, deveria, ao menos, constituir rotas correspondentes às necessidades das pessoas, não se limitando ao ensino fundamental e se ampliando ao ensino médio, técnico e superior; deveria estimular a inclusão com respeito à acessibilidade, ao credo, à orientação sexual e a desejos e subjetividades das pessoas em situação prisional. A educação, nos moldes de um regime que se pronuncia ressocializador, deveria operar pela abertura de

perspectiva, pela reflexão crítica diante da pena cumprida e do papel possível de ser cumprido em sociedade, pelo direito de transformação daquele indivíduo, apoiando familiares e comunidade, apontando, portanto, ao sentido de reintegração, acolhimento e liberdade.

O que temos visto, contudo, é um espaço que, além de não reduzir o crime, produz reincidência, precarização, isolamento, exclusão e extermínio, tendo em vista que, uma vez egressas, essas pessoas lidarão com o estigma da prisão por toda a vida. Nesse sentido, é preciso discutir acesso à educação não só para quem está “do lado de fora” dos muros

prisionais, mas como direito constitucional a ser cumprido e acessado por todos, sem discriminação. Além disso, e poderemos realizar esse debate em outros artigos na Revista, é preciso que repensemos o papel das prisões em nossa sociedade, apostando mais em penas alternativas, em mediação de conflitos pela via civil, na despenalização das práticas e ações problemáticas humanas e, inclusive e necessariamente, pelo desencarceramento.

Se educar é caminho para libertar, a negação de acesso à educação nas prisões apenas escancara seu papel: recrudescer a segurança, ampliar o Estado Penal e o autoritarismo. ■



# Maternidade e volta às aulas: entre a necessidade e a insegurança

HELLEN VIRGINIA DA SILVA ALVES, MARIA MADALENA LEMES MENDES MOREIRA E TAINÁ TRINDADE PINHEIRO



FOTO: AGÊNCIA BRASIL/EBC

**Uma das primeiras medidas adotadas como tentativa de redução da taxa de contágio do vírus causador da Covid-19 foi a suspensão das aulas presenciais. Desde março de 2020, muitos alunos vivenciaram uma verdadeira montanha russa de emoções: o medo constante do contágio, saudade dos amigos, dificuldades para continuidade dos estudos de forma on line, até o desejo de retorno à antiga rotina (ainda que em muitos momentos seja possível perceber que essa é uma realidade distante).**

**T**odos os estudantes foram impactados pela pandemia, mas, ao realizar um recorte de gênero, é possível constatar que as mulheres

estudantes, especialmente as mães, foram alcançadas por uma tensão muito mais profunda, pois para elas o temor e os desafios do retorno às aulas se

estendem aos riscos que alcançam também os filhos em idade escolar.

Ser mulher, mãe e estudante em tempos de pandemia se tornou sinônimo de temor e de ansiedade, e esses sentimentos acompanham as estudantes há mais de um ano. Maria Madalena Lemes é estudante do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia, professora e mãe de Kauã, estudante do ensino fundamental 1. Ela enfatiza que foi necessário organizar a rotina de trabalho e auxílio aos estudos do filho:

“A chegada da pandemia me causou muita tensão, medo, por várias vezes fiquei apreensiva. Confesso que, a suspensão das aulas presenciais veio de surpresa. De início imaginando que seriam apenas 15 dias, mas, com o passar do tempo, já

**HELLEN VIRGINIA DA SILVA ALVES** É DOUTORANDA EM GEOGRAFIA PELA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UNIR), GEÓGRAFA FEMINISTA E BACHARELA EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS.

**MARIA MADALENA LEMES MENDES MOREIRA** É DOUTORANDA EM GEOGRAFIA PELO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UNIR). ECONÔMICAS.

**TAINÁ TRINDADE PINHEIRO** É LICENCIADA, BACHARELA E MESTRA EM GEOGRAFIA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E PESQUISADORA INTEGRANTE DO GRUPO DE PESQUISA GEPGENERO.

entendia que essa suspensão de aula e o trabalho remoto seria uma realidade talvez por muito tempo ainda. Minha organização enquanto mãe com a suspensão das aulas foi tranquila. Como professora, e por ficar também trabalhando remoto, reorganizei e consegui criar uma rotina de estudos para Kauã, meu filho de 8 anos, que inclusive está no processo de alfabetização. Atualmente eu também trabalho de forma presencial numa escola estadual, e, por falta de alguém com quem deixar o Kauã, ele precisa estar comigo na escola. Um risco que aumenta as possibilidades de contágio do vírus. Porém, as surpresas da Covid-19 foram inclusive nos fazer mudar toda rotina do nada, e por inúmeras vezes fico sem saber como proceder. Sendo assim, tento avaliar a situação com o menor risco possível para mim e meu filho, mas, confesso em dizer que ficamos à mercê da sorte e/ou da nossa fé”.

Nem todas as mães, traba-

lhadores e estudantes conseguem conciliar a tripla jornada, pois os prazos e as demandas requeridas pelo trabalho, pela academia e pela família podem ser bastante diferentes. Tainá Trindade, que é mãe, professora e estudante do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia define a realidade das mães estudantes durante a pandemia:

“Os trabalhos em casa ficaram conhecidos pela expressão home office, nesse sentido o fator "tempo" que se faz super necessário para que se tenha bom êxito no trabalho nesta modalidade se apresenta como insuficiente frente à necessidade de aprender, reaprender e a uma atualização constante das inovações, tempo esse do qual a mulher não dispõe devido a sua jornada. Isso exige um esforço muito maior em relação ao homem que utiliza a maior parte do seu tempo para absorver o conhecimento e colocar em prática no ambiente de trabalho. Outro fator relevante para um bom

resultado no home office é o "espaço da casa", pois dificilmente a mulher tem como se dedicar aos estudos das novas tecnologias em um espaço silencioso e aconchegante da casa. Principalmente quando essa mulher também é mãe e esposa, ainda mais se a mulher tiver filhos em idade de colo (como eu). Se o companheiro demonstrar padrões machistas dificilmente possibilitará à mulher o espaço necessário para novos aprendizados.”

Eliana Lima, orientadora pedagógica, estudante e avó, ilustra alguns dos desafios trazidos pela pandemia:

“Trabalhando em home office parece que nós precisamos trabalhar muito mais. Apesar das entregas do trabalho continuarem semelhantes, é difícil se concentrar e produzir no mesmo ritmo em casa. A gente precisa fazer pausas constantes para cuidar da família, dos cachorros, ajudar os filhos e netos com as atividades da escola. Ao mesmo tempo, precisamos aprender juntos como usar



as tecnologias que asseguraram o ensino remoto”.

As mulheres, ao vivenciarem a perspectiva da dupla e tripla jornada, deixam evidente o esforço e os desafios por elas enfrentados. Tainá Trindade define a realidade das mães estudantes durante a pandemia:

“Ser mãe traz um leque bem amplo de cuidados e de tarefas domésticas. O desafio de conseguir conciliar todas as outras atividades com a criação dos filhos sem se culpar diariamente pelo tempo que poderia (ou que gostaria) disponibilizar para criança é um grande desafio. Mas ao mesmo tempo em que essa culpa existe, também existe o esforço e dedicação na academia, na pesquisa e no trabalho, isso nos motiva e contribui para o futuro dos nossos próprios filhos. Só queremos que a sociedade um dia chegue a uma realidade mais justa e mais igualitária no que se refere ao acesso à educação e sobretudo que se fortaleçam cada vez mais as conquistas e os legados deixados

pelas feministas”.

Além das dificuldades em conciliar a tripla jornada de trabalho e de estudo, as mães estudantes ainda lidam com o temor e a ansiedade causados pelo retorno das aulas presenciais dos filhos. Maria Madalena demonstra a realidade das pequenas cidades de Rondônia em relação ao retorno das aulas presenciais:

Na volta às aulas, mesmo que de forma gradual, me surgem mais preocupações do que quando ocorreu a suspensão das aulas. Nossa realidade, considero um tanto mais tranquila que em outras cidades, moramos numa cidade de 6 mil habitantes interior do estado de Rondônia. O fluxo de crianças na escola ainda é pouco se considerado às cidades maiores do estado. No entanto, a preocupação não diminuiu em relação ao vírus. Tem 2 meses que o Kauã voltou para a escola em períodos alternados. Ele decidiu que queria voltar, e por isso respeitei a decisão dele. Tenho consciência que ele se cuida muito bem, mas

fico preocupada devido à convivência com outras crianças. Decidi também deixá-lo ir para a escola, uma vez que meu filho não apresentou até o momento nenhuma comorbidade, e pela ansiedade dele em querer rever os colegas, professora e a escola.

Portanto, ser mãe, estudante e trabalhadora em tempos de pandemia é lidar constantemente com sentimentos conflituosos como ansiedade, tensão, culpa e temor ao mesmo tempo em que significa ter a necessidade de se reinventar e de arriscar, de aprender a manusear as tecnologias e os espaços ao seu alcance para cuidar: das tarefas do trabalho, dos estudos, da família e do trabalho doméstico. Para muitas mulheres o espaço do lar também se tornou o espaço do estudo e do trabalho sem, contudo, ser preparado e dotado de recursos para produções tão diferentes. ■

# Um projeto para mudar as cores da política institucional

POR ISAÍAS DALLE



FOTO: DIVULGAÇÃO

Foi dela a consulta ao Tribunal Superior Eleitoral que resultou, no segundo semestre de 2020, em alteração importante nas regras eleitorais. Nas disputas municipais daquele ano, passou-se a exigir dos partidos que reservem verbas e tempo de rádio e TV proporcionalmente à quantidade de candidaturas negras inscritas. Assim, por exemplo, se a cada 100 candidaturas, 50 forem negras, 50% do dinheiro

**Benedita da Silva, deputada federal pelo PT do Rio e uma das personagens negras mais marcantes da política institucional brasileira nas últimas décadas continua, aos 79 anos, apostando na mudança.**

e do tempo dos programas eleitorais na mídia foram investidos nelas.

Benê, como é conhecida, já havia apresentado, em agosto daquele ano, o projeto de lei 4041/20, que propõe incentivos a candidaturas negras. A proposta seria fundamental para assegurar em lei os avanços e criar outros. Eis que, repercutindo essa pressão por melhor representatividade de negros e negras nos processos eleitorais, o Senado aprovou, no final de setembro último, emenda constitucional que traz outra mudança importante.

A partir de 2022, cada voto em candidaturas negras e também em candidatas mulheres passará

a valer dois, para efeito de repasse dos fundos partidário e eleitoral. Cada voto, independentemente de quem o recebeu, se foi ou não eleito. Ou seja, os partidos que mais lançarem e promoverem candidaturas negras e de mulheres receberão mais verbas, o que deve estimular as legendas a fazê-lo.

Antes da aprovação da emenda à Constituição, chamada pela imprensa de reforma eleitoral, a deputada concedeu a seguinte entrevista ao Reconexão Periférias.

A senhora recorreu ao TSE como uma forma de contornar as resistências no Congresso?

Na verdade, nós tínhamos projetos que não foram bem-sucedidos engavetados, e na medida em que já tínhamos vencido a etapa das mulheres, era importante que também pudéssemos falar sobre essa questão racial. Como os movimentos que tratam dessas questões - por exemplo a Educafro, que já tinha seu pessoal, advogados, tinha procurado também conciliar com a Justiça Eleitoral -, acabaram todos se unindo e elaboraram um documento que foi por mim encampado, e apresentei, fiz essa consulta. Aí o TSE tomou essa grande decisão. Depois, pressionaram novamente. Não valeria para as eleições daquele ano. Outra pressão, e então outro ministro (Ricardo Lewandowski) disse “não, olha, a partir dessas eleições de 2020 já deve ser executado. E para 2022, o Legislativo deve tomar essa decisão de apoiar a aprovar estes projetos”. E assim foi feito já em 2020. Aumentou a possibilidade de representação nas eleições municipais. Não é só uma questão

de divisão do fundo, era a presença eleitoral no horário gratuito da TV. Muitos de nós já tínhamos saído candidatos, algumas pessoas pela quarta ou quinta vez e lá, por decisões partidárias – não é o meu caso – mas partidos não colocavam, selecionavam os que eles consideravam puxadores de legenda e aquele retratinho (das candidaturas negras na TV) nem sequer aparecia. Foi assim então que, em setembro de 2020, primeiro foi o ministro Ricardo Lewandowski, o relator da consulta no Supremo Tribunal Federal, decidiu que para as eleições que fossem ocorrer em 2020 já estaria valendo.

Nas eleições, qual foi o resultado?

Foi muito, mas muito importante, trabalhar essa proporcionalidade do fundo eleitoral. A gente destaca que as candidaturas de negros e negras aumentaram, foram vitoriosas nas eleições, coisa que não tínhamos visto antes. Pela primeira vez, contou com um número de candidatos autodecla-



FOTO: DIVULGAÇÃO

rados negros ou pardos maior do que as candidaturas anteriores, maior do que as candidaturas das pessoas brancas. Tivemos 49,9% das candidaturas que se autodeclararam pretos ou pardos para prefeito e para vice-prefeito e para vereador. O número – preste muita atenção nisso – de candidaturas de pessoas brancas ficou em 48,1%. Foi muito importante, essa medida influenciou as eleições. Nas eleições municipais de 2016, 51,45% das candidaturas se declararam brancas, e 47,76%, pardas ou pretas.

No âmbito do PT e das esquerdas em geral, após a apuração das urnas, isso resultou no aumento de candidaturas negras eleitas? E os partidos corresponderam, ou seja,

deram apoio de fato a essas candidaturas?

Isso eu posso garantir. A esquerda como um todo teve sua bancada negra alterada para mais. Hoje, ainda somos pequenos. Mas em relação a outras eleições, hoje temos um número maior de negros e negras autodeclarados. Estamos sustentando esse tema da representatividade, mas não só isso. Dos espaços que negros e negras qualificados, preparados, deixam de ocupar. Essa representatividade eleitoral é muito importante, mesmo sabendo que no número de candidaturas vitoriosas, a maioria foi branca. Mas nós mexemos nesse sabonete, e vamos mexer muito mais, principalmente no mundo feminino. As candidaturas femininas em 2020 atingiram 33,4%, melhor que em 2016.

Como isso se reflete no campo da direita? Em 2018, por exemplo, vimos aquele escândalo das candidatas laranjas pelo PSL, para cumprir tabela. Algo parecido já se observou no campo

da direita em relação à representatividade negra?

A direita também elegeu, mas não nos moldes da esquerda. É lógico. Nós temos debate sobre a questão racial, sobre a ocupação dos espaços, para que a gente possa mexer nesse tabuleiro da formulação de políticas públicas. E essa ocupação nesse espaço de poder, nós temos a perspectiva de aumentar. Já a direita coloca (candidaturas negras) para um confronto a nós. Mas ela não investe o suficiente para inverter a base dessa pirâmide eleitoral. Nós temos exemplos de negros que ficam caladinhos lá no Congresso, nada falam. E a gente vai para a tribuna, denuncia, fala. Ultimamente o exemplo mais óbvio que a gente tem é a Fundação Palmares. E temos um dos mais votados, negro, do Rio de Janeiro, que tinha perdido na campanha para vereador, e foi, nessa onda bolsonarista, eleito (Hélio Lopes, o Hélio Negão). Mas não abre a boca para questão racial. Ultimamente eu

não tenho visto muito, não sei por que, mas ele está sempre ao lado ali, como um figurante. Mas independente também de eles serem de direita, a gente quer fazer o confronto com eles: tem de ter consciência racial.

Desde 2020, como a senhora avalia a postura do PT no tocante a receber essas candidaturas negras e investir e apostar nelas?

O PT precisa investir, e não é uma questão identitária, precisa investir com uma formulação política perceptível de combate ao racismo. Porque quando nós vamos falar do desempregado, do miserável, dos que estão realmente com fome, hospitalizados, que estão morrendo, estão sendo assassinados, tudo isso, você vai lá e vê quem são essas pessoas. São negros e negras. Então a política deve estar com um foco realmente nesse segmento. O racismo estrutural está presente na formação do país, não é uma coisa do PT, né. E ele se perpetua. Institucionalmente, para essa elite política que



é branca e que sempre segue esse pacto de negação do racismo. Então, nós temos que fazer e dizer que é dessa forma. Nós precisamos de uma reforma eleitoral e política que não negue o racismo, não adianta tentar ficar negando o racismo, nós precisamos de uma educação que não negue o racismo. Nós precisamos de uma mídia que não negue o racismo, que não fique perpetuando esses estereótipos racistas. E isso tem de começar pelo nosso partido. Nós estamos vivendo um momento em que o racismo está aflorado. Nessa questão do conceito de educação, vamos chamar os professores, você não tem ideia dos intelectuais que nós temos, professores, PhDs. Eu assisti

a uma defesa do nosso advogado Hélio Silva Junior, e ele fazia uma relação com a proteção dos animais. Eu olhava para aquele homem e dizia, meu Deus...

Esse vídeo viralizou, ele falava da intolerância religiosa...

Com muita propriedade, mas não foi só aquilo. Você vê que a questão do racismo estrutural, ele leva à institucionalidade, à legalidade, mas legalidade em cima de quê? Ele falando ali eu olhando para ele, porque eu fui uma das que queriam que ele fosse o presidente lá do Supremo. Existia o nome dele, mas existia também o nome do outro, que tinha mais força política.

Ele disputou com o Joaquim Barbosa?

Ele disputou por nós, pelo movimento negro. A gente tem certeza de que ele teria sido essencial. Nós precisamos exatamente de gente assim e precisamos ter muitos deles ainda lá. Nós precisamos de uma reforma eleitoral? Vamos chamar essas pessoas para discutir. E a gente precisa, nesse caso, da cultura política existente no meio da gente simples também. Elas falam com as palavras mais simples talvez aquilo que você leve quatro, oito anos, numa universidade, para dizer apenas com outras palavras. Então é isso, é extremamente importante, porque nós não acreditamos que haja nenhuma mudança se não tivermos institucionalmente a posição do negro na política garantida. Isso foi óbvio, apenas com uma sinalização. Nós tivemos, em 2020, 5.570 prefeitos eleitos que se declararam pretos e pardos. Isso correspondeu pra nós a um aumento de 29% em 2016 para 32% em



FOTO: DIVULGAÇÃO

2020. Olha a diferença. O que fazer? Ora, chama o povo, chamem essas pessoas, debatam, discutam. Precisamos criar os tribunais para discutir os temas e chamar essa gente negra para fazê-lo. E a gente ficar ouvindo e sabendo, para poder entender. É uma coisa que pelo menos eu faço, uma coisa pequenininha assim, nas comunidades.

Por tribunais a senhora quer dizer plenárias, grandes encontros?

Sim, para ouvir. Para propor. Por exemplo: nós temos um programa de governo; nós ouvimos os negros sobre cada ponto daqueles? Nós vamos observar que tem falhas, e que é preciso incluir, o que é uma contribuição que se dá para que o partido possa dialogar com o maior número de pessoas, que são as pessoas negras. É uma troca de vivência, de conhecimento. Nós temos um grande presidente, e que vai voltar se Deus quiser, mas ele é um PhD da universidade da vida.

A senhora falava de

reforma eleitoral. A senhora tem um projeto de lei neste sentido que já deu entrada no Congresso.

É um projeto de lei que vai alterar as leis já existentes, a lei das eleições e a lei dos partidos. Você não pode continuar com uma lei que acaba sendo excludente sob todos os pontos de vista. É preciso modificar isso, com o objetivo de promover essas candidaturas étnico-raciais e assegurar os recursos, o tempo de rádio de televisão em proporções equivalentes. Isso vale também para o debate, para a discussão, para

a formulação. Eu posso estar dialogando contigo, um grande jornalista, você vai falar porque você tem conhecimento, você vai falar porque você estudou, você vai falar, mas, se você tem ao seu lado um companheiro com a mesma qualificação que você, mas é um negro, é preciso que vocês formulem juntos, porque ele estará excluído, certamente. Isso está no inconsciente de algumas pessoas, entende? Quando eu apresentei esse projeto, foi baseado também na consulta que fiz. É esse projeto que vai dialogar para 2022.

FOTO: DIVULGAÇÃO



Que novidades ele traz? E aproveito para perguntar quais as dificuldades que a senhora prevê que vai enfrentar para aprová-lo.

As de sempre. Primeiro porque ao longo desta história, nós já falamos, da história do negro no nosso país, a pobreza, a miséria, tudo isso. Esse projeto é para mudança do sistema político. Para atacar a exclusão de homens e mulheres negras nas esferas partidárias, nas esferas do poder nos órgãos responsáveis pela elaboração das leis que governam o país.

Olha, nós tínhamos poucos negros na Constituinte. Mas os poucos da oposição que lá estavam escreveram leis que nos dão uma referência para exigir essa inclusão e essa participação. Mas a gente sabe que as barreiras, quando você pergunta quais são, eu vou enfrentar o racismo estrutural que está presente ali. E no que diz respeito a candidaturas dos negros e negras, além dessa disparidade na divisão dos recursos, existe ainda, correndo na

veia de muitos, até mesmo revolucionários, esta coisa que é uma herança maldita, que é a casa grande e a senzala. Então é preciso que um partido como o PT e os partidos de esquerda tenham esse projeto não como o projeto de uma parlamentar, tem que ser um projeto de Brasil, para ser uma lei brasileira. Então é abraçar isso, os outros partidos de esquerda e até mesmo partidos de centro. Existe essa sub-representatividade das pessoas negras nos pleitos eleitorais, que não condiz com a realidade, mas nós enfrentamos o racismo, e no momento da disputa eleitoral eles não têm dó, eles riscam livro, é perceptível contra nós a disputa que se faz. Então essa proposta é positiva. Assegura maior representatividade étnico-racial. Não tem como. Tem uma indígena no Congresso Nacional, uma indígena! Eu fui a primeira mulher negra vereadora na cidade do Rio de Janeiro, depois a primeira negra vice-governadora e depois de governadora. Eu fui a primeira senadora negra do Brasil! A

primeira! Mas gente, que loucura é essa? (Benedita demonstra espanto e indignação) Então é preciso que esse projeto seja abraçado por todos. Queremos que haja uma proporcionalidade. Você tem a proporcionalidade de 30% para as mulheres no fundo, no partido. Vamos manter, mas dentro desses 30% de mulheres, eu quero os meus 30% de negras. Os partidos não precisam ficar desatinados, eles podem ir fazendo gradativamente o que a gente chama de paridade. Mas neste primeiro momento o que se pediu é a coisa mais lógica desse mundo. Temos 70% para homens? Ora, cadê a cota para os homens negros dentro desses 70%? É um projeto que consideramos em total sintonia com a diversidade do Brasil e esperamos contar com o apoio de todos os deputados e do movimento. O próprio movimento tomar para si esse projeto.

Tem previsão de votação? Nós vamos lá, vamos batalhar por isso. Mas essa pandemia nos atropelou, a questão emergencial,



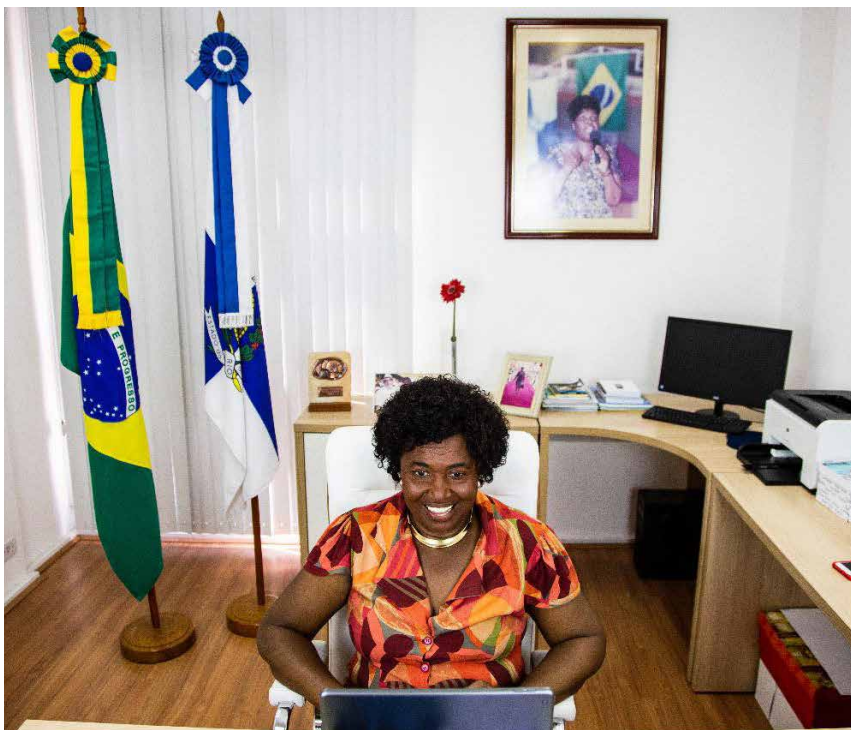


FOTO: DIVULGAÇÃO

uma série de coisas que está acontecendo. Esse é um governo que consome a gente. Um governo que não faz e não quer deixar fazer, entendeu? Essa reivindicação da representação negra vai ter de estar na boca do nosso candidato Luiz Inácio Lula da Silva, tem de fazer os encontros, ouvir – aliás, ele fez um belíssimo encontro no Rio de Janeiro, porque foi com as comunidades, ele olhava assim e só dava negrão, só uma negrada, tinha professor, PhD disso, daquilo, gente da cultura, outros da saúde, porque é isso. É uma gente que existe.

A senhora quer acrescentar algo?

Eu tenho uma outra coisa que precisa ser vista dentro do mundo negro, que é a religiosidade. Isso é uma coisa fundamental. O que as pessoas não entendem é que ninguém remove fé. Se você quer que as pessoas acreditem na política, é preciso garantir que elas vão ter o exercício da fé com liberdade e compromisso com a mudança. Nós temos muitos negros e negras nos terreiros, mas temos muitos negros e negras entre os evangélicos, temos muitos negros e negras muçulmanos e

outras religiões, então é preciso também que a gente pense nessa questão. Qual é a religiosidade do povo brasileiro? É diversa. E é preciso que a gente tenha foco, porque isso, com o tempo vai se tornando, por um segmento, uma força à parte do compromisso com o país, do compromisso com a política de solidariedade. Porque a discriminação que se faz à fé dele, ou a perseguição, o vai afastando. E quando afasta, afasta muitos negros e negras. Eu já ouvi gente dizer ‘olha, eu gosto muito do Lula, mas eu não quero que ninguém mexa com a minha religião’. Mas ninguém vai mexer com religião. Isso é muito forte. Eu quero deixar aqui como uma responsabilidade nossa: trabalhem a religiosidade do povo negro brasileiro. Que não é uma só. Isso eu garanto. Apanho que só eu, mas digo que não é uma só e precisamos trazer para a consciência política. E que eles conquistem sua própria liberdade e segurança, num país democrático. ■



# O papel das ações afirmativas no enfrentamento às desigualdades nas eleições

BEATRIZ MENDES CHAVES



DEPUTADOS. FOTO: EBC

BEATRIZ MENDES CHAVES É BACHARELA EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (EACH-USP) E MESTRANDA NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA (FFLCH-USP).

**O artigo explora as medidas de enfrentamento às desigualdades raciais e de gênero nas eleições, com ênfase no panorama das ações afirmativas para candidaturas negras e femininas no Brasil. Os resultados demonstram que apesar de provocarem mudanças importantes, essas medidas ainda demonstram ser insuficientes para mitigar a predominância de homens brancos na política institucional.**

Nas últimas eleições brasileiras, a paridade racial e de gênero foi especialmente pautada no debate público. Apesar de o tema integrar a agenda política mais recente, a demanda por ações institucionais de combate às desigualdades raciais e de gênero no processo

eleitoral é longínqua e se ancora no diagnóstico de baixa representatividade de grupos não-brancos e não-masculinos em espaços políticos cujo acesso é organizado através das eleições. Os resultados eleitorais de 2018 demonstram, por exemplo, que, apesar de consti-

tuírem cerca de 20% da população brasileira, os homens brancos corresponderam a 35% das candidaturas às Assembleias Legislativas, 40% das candidaturas à Câmara dos Deputados, 54% das candidaturas ao Senado e 58% das candidaturas ao cargo de governador. Essa

sobrerrepresentação ocorre em prejuízo às candidaturas femininas e negras e se mostra ainda mais profunda no universo de candidaturas eleitas em que esse grupo corresponde a 61% dos deputados estaduais, 63% dos deputados federais, 65% dos senadores e 69% dos governadores eleitos neste pleito<sup>1</sup>.

A generalizada sub-representação política de mulheres e negros ocorre de forma sistemática no Brasil, como reflexo de processos histórico-políticos baseados na exploração desses grupos em benefício aos homens brancos. Ao passo que o sistema político brasileiro tem seu modelo baseado na representação, a baixa inclusão política desses segmentos não só fere princípios democráticos importantes ao mitigar a participação plural, mas possui consequências na legitimidade e efetividade das políticas produzidas – já que alguns grupos são formalmente mais representados que outros. A principal resposta institucional a esses desafios consiste nas ações afir-

mativas, que são políticas públicas que objetivam distribuir recursos e/ou oportunidades para grupos sociais desfavorecidos visando o benefício coletivo, podendo ser rígidas (como reservas e cotas) ou pouco rígidas (como bonificações)<sup>2</sup>. No âmbito da representação política, as cotas eleitorais constituem a estratégia mais utilizada para a ampliação da participação de grupos sub-representados<sup>3</sup>, de modo que, a partir dos anos 1990 uma grande parcela dos países latino-americanos, como Argentina, Bolívia e Costa Rica, passou a adotá-las.

O Brasil acompanhou este movimento e, a partir da extensa mobilização dos movimentos sociais organizados, a incorporação de minorias sociais na política foi pautada. E temos a criação das cotas eleitorais de gênero como primeira grande política pública de inclusão política no Brasil. A Lei nº9.100/1995 estabeleceu, para as eleições de 1996, o percentual mínimo de vinte por cento das vagas de cada partido (ou

coligação) para candidaturas femininas. A medida foi ajustada pela Lei nº9504/1997, a Lei das Eleições, que determinou aos partidos e coligações, para todas as eleições brasileiras, a reserva de 30% das vagas para candidaturas de diferentes gêneros. Diante da predominância de homens na corrida eleitoral, a proporção determinada pela legislação aplica-se às candidaturas de mulheres. Ainda que a medida tenha sido positiva, a norma não produziu grandes efeitos até que obrigasse o preenchimento desse percentual, algo ocorrido em 2009 com a Lei nº12.034. Não obstante a maneira gradativa que ocorreram, essas iniciativas demonstram, em certa medida, o reconhecimento institucional acerca da necessidade de representação política mais equânime, à vista dos esforços para o alcance de equilíbrio de gênero na corrida eleitoral a partir dos anos 1990. Como se vê, no tema das eleições, a questão de gênero vem sendo predominantemente priorizada. Isso se deve, principal-

1. CAMPOS E MACHADO (2020)

2. FERES JUNIOR ET AL. (2018)

3. ARAÚJO (2005)

mente, à ausência de dados oficiais contendo informações raciais das candidaturas até 2014.

Apesar dos avanços, alguns achados importantes por parte da comunidade científica reafirmam a urgência de medidas mais eficazes no combate às desigualdades raciais e de gênero nas eleições, como o consenso de que negros e mulheres são sistematicamente subfinanciados e este é o principal condicionante de sucesso eleitoral desses grupos devido à associação positiva entre dinheiro e votos<sup>4</sup>. Como efeito, ainda que se observem tentativas do Poder Legislativo entre 2010 e 2017, em 2018 temos a vinculação da reserva de vagas para candidaturas femininas ao financiamento eleitoral partidário por meio da Resolução nº23.568 do TSE, que determinou a aplicação mínima de 30% do total de recursos eleitorais recebidos pelos partidos políticos em candidaturas femininas. A medida foi implementada pelo Poder Judiciário em resposta à Consulta nº 0600252-

18.2018.6 protocolada pelo conjunto de senadoras Vanessa Grazziotin (PCB), Ângela Portela (PDT), Fátima Bezerra (PT), Gleisi Hoffmann (PT), Kátia Abreu (PP), Regina Sousa (PT), Lídice da Mata (PSB) e Rose de Freitas (MDB) e de Deputadas Federais Gorete Pereira (PL), Jô Moraes (PCdoB), Luana Costa (PSC), Luciana Santos (REDE), Raquel Muniz (PSD) e Soraya Santos (MDB). De maneira similar, ainda que tenham sido debatidas predominantemente pelo Poder Legislativo, ações afirmativas de cunho racial nas eleições foram providenciadas pelo Poder Judiciário em 2020, em resposta à Consulta nº 0600306-47.2019.6 protocolada pela deputada Benedita da Silva (PT-RJ), e em sua primeira implementação o financiamento proporcional das candidaturas negras foi determinado aos partidos políticos. Apesar de a medida estar em vigor, uma política de reserva de vagas para candidaturas negras continua sob responsabilidade do Poder Legislativo.

Como se vê, mesmo que os processos políticos que culminaram nessas políticas sejam formalmente separados, é possível identificar algumas confluências importantes. As conquistas mais relevantes no âmbito das cotas de gênero foram provocadas pela ampla mobilização de mulheres eleitas, assim como as determinações de raça ocorreram a partir da movimentação de parlamentares e ativistas negros. Esse fenômeno demonstra, por um lado, a importância de presença desses atores em espaços institucionais e, por outro, a necessidade de pensar esse contingente de forma mais qualitativa - ou seja, de eleger mulheres que defendam interesses majoritários das mulheres e parlamentares negros/as comprometidos/as com os interesses da população negra.

Apesar dos ganhos, ambas medidas ainda demandam ajustes importantes. Em primeiro lugar, ainda que busquem mitigar a desigualdade de acesso provocada pela influência de marcadores sociais

nas eleições, essas políticas não consideram os demais efeitos de uma cultura política marcada pelo machismo e pelo racismo estruturais que minam as oportunidades para o desenvolvimento político e social de mulheres e pessoas negras. Em segundo lugar, a ausência de diálogo entre as políticas demonstra a necessidade de se pensar políticas públicas de modo interseccional, agregando as dimensões racial e de gênero. Estudos recentes<sup>5</sup> apontam, por exemplo, que apesar de serem contempladas pelas duas medidas de forma concomitante e obterem financiamento mais proporcional, de maneira geral, as mulheres negras não tiveram seu êxito eleitoral melhorado. Isso sugere que os benefícios sobrepostos não parecem suficientes para mitigar os prejuízos que se acumulam durante a corrida eleitoral para esse grupo. Nesse sentido, faz-se necessário, ainda, abranger a concepção de gênero e raça de modo a contemplar candidaturas trans e indígenas - profun-

damente marginalizadas. Esses desafios dialogam, em terceiro lugar, com a necessidade de se estabelecer um percentual mínimo de candidaturas mais realístico à proporção que esses grupos representam na população: em 2019, as mulheres brancas, negras, indígenas e amarelas correspondiam a 51,6% da população brasileira, percentual consideravelmente acima do 30% almejado pela legislação, e homens e mulheres negros correspondiam a 56,2% da população total. Por fim, o preenchimento dessas proporções entre as candidaturas eleitas também segue como desafio, já que o sistema eleitoral de lista aberta restringe as determinações às etapas de recrutamento e financiamento eleitoral sem necessariamente garantir o êxito dessas candidaturas.

Ainda que a maior parte dessas conquistas recentes tenham efeitos positivos, temos muito a avançar em termos de equidade racial e de gênero nas eleições. Investigações detalhadas sobre os desdobramentos desse processo,

assim como a comparação entre os resultados eleitorais mais recentes, seguem como desafio para pesquisas neste campo. ■

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Clara. (2005), "Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política". *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 24, p. 193-215.
- CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. (2020) *Raça e eleições no Brasil*. Editora Zuko, Porto Alegre, 1ª edição.
- CHAVES, Beatriz Mendes; MANCUSO, Wagner Pralon. (2020) Raça e gênero nas eleições brasileiras: uma análise sobre a corrida eleitoral de 2018. *Boletim de Políticas Públicas nº6*. Observatório Interdisciplinar de Políticas Públicas EACH-USP, São Paulo.
- FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto; DAFLON, Verônica; VENTURINI, Anna. (2018) *Ação Afirmativa: conceito, história e debates*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- MANCUSO, Wagner Pralon; CHAVES, Beatriz Mendes. (2021, no prelo) Enfrentando problemas, calibrando soluções: a influência de marcadores sociais nas eleições municipais de 2020.

5. MANCUSO E CHAVES (2021, NO PRELO)



## Coletivo forma professores com valorização do saber tradicional

POR ROSE SILVA



INTEGRANTES DO COLETIVO DA TERRA. FOTO: ACERVO DO COLETIVO DA TERRA

**O Coletivo da Terra surgiu para formar professores do Mato Grosso com a perspectiva de valorização do conhecimento tradicional das comunidades quilombolas, indígenas e assentados presentes no território, apesar de viverem cercados pelo modelo de produção do agronegócio. A proposta é promover uma formação preocupada com a agricultura familiar sustentável.**

A organização é reunida por cerca de 50 professores de áreas de conhecimento diversas e diferentes grupos étnicos, além de camponeses. E luta pela

possibilidade de promover espaços para ressignificações dos saberes locais das comunidades. Também contribui para o diálogo dos aspectos culturais, sociais e polí-

ticos da ação pedagógica e militante nas escolas, nas quais as linguagens históricas, técnicas e as raízes se misturam.

Segundo uma das fun-

dadoras do coletivo, a professora que hoje coordena o mestrado em Ensino de História da Universidade Federal de Santa Maria, Leonice Pereira Mourad, o projeto teve sua origem na Universidade Estadual do Mato Grosso (Unemat), localizada em Tangará da Serra, município situado a 300 quilômetros de Cuiabá, que é caracterizado pela geografia do agronegócio.

Tangará é uma das cidades resultantes do avanço da fronteira agrícola dos sulistas para o cultivo da soja sobre regiões de populações indígenas e quilombolas. Além disso, é uma área de assentamentos rurais da reforma agrária. Essa configuração acaba incidindo na própria universidade e nas escolas, que têm entre os seus alunos assentados, quilombolas, indígenas e representantes do agronegócio. “Trabalhamos basicamente na formação de professores da Educação Básica e do ensino superior, nas licenciaturas, a partir desse tensiona-

mento entre os vários grupos”, conta ela.

Leonice afirma que a Unemat tem um compromisso com a interiorização, não é da capital, como ocorre em muitas instituições estaduais. Então, possui uma configuração muito específica que responde a essas demandas locais. “Especialmente em Tangará, respondia já na época a essas questões, e nós tínhamos bastante autonomia para pensar efetivamente e nos organizarmos a partir disso.”

A professora lembra que havia um programa em ciências agroambientais que reunia basicamente Agronomia e Biologia, mas em outros lugares também Engenharia Florestal e Zootecnia. O curso buscava trabalhar a dimensão agrária, orientado pelo pressuposto da sustentabilidade e com uma preocupação efetiva com a agricultura familiar. Naquele contexto era uma inovação, por conta da força do agronegócio no entorno, e a ideia era que o curso



LEONICE MOURAD, PROFESSORA UNIVERSITÁRIA, UMA DAS FUNDADORAS DO COLETIVO DA TERRA. FOTO: ACERVO DO COLETIVO DA TERRA

fosse uma alternativa no Mato Grosso.

O Coletivo a Terra surgiu como iniciativa dos professores que atuavam em licenciatura, então vinculados ao programa, que já não existe mais, mas permanece como pressuposto.

“Nós identificávamos principalmente nos cursos de Letras e Pedagogia o que chamamos interculturalidade, com grande demanda de alunos indígenas e quilombolas que vinham das cidades no entorno, como Sapezal e Nova Olímpia. Eles tinham não só dificuldades financeiras mas também com a língua, pois os indígenas têm o Português como segunda língua. Eram elementos que dificultavam a formação. E vimos a necessidade de ter um espaço que desse institucionalmente mais visibilidade à formação de professores com esse perfil”, explica Leonice.

Com isso, acabou sendo constituído na universidade, em 2002, o primeiro Núcleo de

Estudos de Educação e Diversidade (Need), que foi precursor do Coletivo da Terra. “O que nos preocupava é que esses alunos trabalhadores tinham muita dificuldade de participar de eventos, inclusive na simples condição de ouvintes, porque não estavam habituados com textos acadêmicos. Isso inviabilizaria a vida acadêmica, e até bolsas de iniciação científica”.

Assim, no Need, os alunos passaram a transformar em textos a sabedoria das benzedadeiras, das rezadeiras e todo o conhecimento tradicional das comunidades.

A professora Marinalva Gomes é mestra em Ciências Naturais, especializada em literatura e práticas pedagógicas em educação no campo e assentada no PA Rio Branco, que fica em Nova Olímpia (MT). Chegou ao assentamento onde vive em 2006, logo após ter concluído o curso de Ciências Biológicas na Unemat.

Ela ingressou na univer-

sidade em 2002, foi aluna de Leonice e passou a participar do núcleo de estudos. Sua participação como bolsista lhe possibilitou fazer vários trabalhos voltados ao conhecimento tradicional e à agricultura familiar, pois já estava envolvida no projeto de reforma agrária.

Marinalva explica que as ações propostas pelo coletivo se alimentam da valorização dos saberes do campo, da construção de currículos e conteúdos voltados para a realidade da escola, desde um lógica multicultural, e da negação da hegemonia proposta como paradigma nos espaços da educação pública. E menciona entre os trabalhos desenvolvidos a multiplicação de conhecimento, das informações que podem ajudar no desenvolvimento de outros professores.

Hoje ela prepara outros profissionais para o mestrado. No projeto Terra como Princípio Educativo, que gerou também um livro já publicado,





A PROFESSORA E ASSENTADA MARINALVA GOMES, UMA DAS FUNDADORAS DO COLETIVO DA TERRA. FOTO: ACERVO DO COLETIVO DA TERRA

foi oferecida uma oficina preparatória na qual Marinalva atuou como uma das formadoras, ao lado das professoras Edilza Barbosa Andrade Carvalho, Werica Mirlen Duarte Silva e Leonice Mourad.

“O Need, pra nós, representa um espaço de discussões da Universidade que nos fortalece na realidade dos assentamentos, diante dos

muitos desafios que a diversidade tem enfrentado. Temos vivenciado de perto o fechamento das escolas do campo, indígenas, quilombolas, a junção de outras. Nesse sentido, sentimos na pele o resultado da ausência de políticas públicas nos cenários municipais, estaduais e federal”, afirma Marinalva.

Ela descreve ainda o horror que se desenha

na vida atual dos assentados e comunidades tradicionais. “Estamos ameaçados diariamente, sem saber se iremos permanecer na terra no próximo ano ou se teremos de nos submeter a ações impostas pelas autoridades e quem sabe até mesmo abandonar o sonho de uma vida inteira e voltar para a cidade ou trabalhar em escolas distantes das nossas residências”, afirma. ■



# Chamada Pública Reconexão Periferias

Em 2020 realizamos um edital de Chamada Pública para organizações e coletivos que fazem parte da rede Reconexão Periferias, e 28 entidades foram contempladas. As atividades fruto da Chamada Pública Reconexão Periferias, realizada pela Fundação Perseu Abramo em parceria da Friedrich-Ebert-Stiftung, acontecerão até o final de 2021. Veja alguns materiais de divulgação de atividades realizadas e das que estão por vir.

**FORMATANDO IDEIAS**

01 Aja como homem!

02 Feminismo é mi mi mi?

03 Cultura fora de caixa

04 Não venha me dizer que isso é victimismo!

05 LGBTQIA+ B/E o meu sexo

06 Política na Quebrada - uma questão de classes

**FORMATANDO IDEIAS**

gIVE THIS WORLD

**FORMATANDO IDEIAS**

Lançamento **Um Olhar Preciso** 15/09  
QUINTA-FEIRA 19H

CONVIDADOS

Ana Carolina Santos  
Iniciativa Negra

Amanda Rosa  
Pauza e Cantora

Willian Mehlmann  
Fundação Friedrich Ebert Stiftung

Jaqueline Santos  
Projeto Reconexão Periferias

Lays Araujo  
Iniciativa Negra

ao vivo no youtube [fundacaoPerseuAbramo](#)

“ Bandido bom é bandido morto. Só quando é filho dos outros, tem pele preta, e nem faz parte desse jogo. ”

**Amanda Rosa**

Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas: Um Olhar Preciso

“ Há uma **relação profunda**, portanto, entre a **criminalização** de determinadas substâncias no Brasil e o **racismo estrutural** que orienta, determina, define as diversas **relações das pessoas** com o Estado e em sociedade. ”

Ana Carolina Santos, Dudu Ribeiro e Nathália da Silva Oliveira

“ **Nuances da Política de Drogas na Cidade de São Paulo: Raça, Território, Controle e Promoção de Direitos** ”

O exercício de poder opera com base em estereótipos racistas para definir quem deve morrer e quem deve viver, sendo a política de drogas uma ferramenta que **auxilia o processo de desumanização** e categorização de pessoas para que instituições de controle, como polícia, prisões e internações, sejam acionadas com plena **legitimação social**.

**Ana Miria Carinhanha e Maria Clara D'Ávila**

**Política de Drogas e Desmantelamento das Famílias Negras**

“ Ampliamos aqui nessa escrita a **concepção de família**, compreendendo-a enquanto **comunidade**, demonstrando como a atual política de drogas, através da justificativa do combate ao uso e ao tráfico de drogas, não encarcera só um indivíduo, mas **atinge toda a estrutura de uma comunidade**. ”

**Belle Damasceno e Luciene da Silva Santana**

“ **Racista, ilegal e Ineficaz: o Modelo Brasileiro de Segurança Pública e o Policial Ostensivo** ”

A atuação policial baseada em abordagens em massa e em flagrantes **como indicador de eficiência** policial é um convite às práticas de discriminação e violência, que **se traduzem em mortes, em abusos, em genocídio**.

**Felipe da Silva Freitas**

“ **Togas Brancas Pingam Sangue Negro** (ou o medo branco do alvará de sottomar) ”

O **foco do sistema penal**, desde sempre, é voltado para o **controle do modo de vida dos segmentos mais vulneráveis**, formulado a partir do discurso racista da inferioridade negra, **cumprindo papel fundamental** nos processos de naturalização da subalternidade.

**Maria Clara D'Ávila**

“ **O que a Comunicação e a Luta Antirracista têm a ver com Política de Drogas?** ”

É preciso **pensar possibilidades** de desenvolvimento de uma comunicação que se situe fora de um projeto político que vise apenas o lucro e a manutenção de estruturas de poder. Esses caminhos devem passar pelo **compromisso com a memória e a reparação histórica**.

**Lays Araujo Leticia Vieira**

“ **Políticas de Segurança Pública na Bahia Preta: Discurso, Representação e Resistências a partir da Literatura Produzida por Jovens Poetas Negros na Cidade de Salvador** ”

A **ausência do Estado**, através da não garantia de direitos sociais básicos, como saneamento básico, educação e alimentação, **se cruza com a presença ativa** através dos processos de controle, repressão de protestos e na racialização dos procedimentos de abordagem policial e encarceramento.

**Lais da Silva Avelar e Vitor Luis Marques dos Santos**

## Realleza - DF



FOTO: BABI BITCH

Rebeca Elen, conhecida como Realleza, nasceu em Sol Vicente (DF), em uma das maiores favelas horizontais da América Latina. Começou a cantar com 10 anos na igreja e, aos 13 anos, começou seu trabalho no Rap, participando do projeto “Coalizão de Ideias”. Também integrou o grupo de Rap gospel “Resgatados das Cinzas”, onde passou a se desenvolver também como compositora. Em 2013 passou a fazer parte do grupo Sobreviventes

da Rua, e, em 2017, a realizar sua carreira solo. Como artista independente, bacharel em Direito, rapper, cantora e compositora, ela investe em sua arte como forma de empoderamento negro e feminino por meio dos elementos do hip hop. Com 10 anos de carreira, Realleza lançou seu EP de estreia, Afrontosa, em 2020, em todas as plataformas digitais.

Redes sociais: <http://abre.ai/afrontosa>  
Contato: [producaorealleza@gmail.com](mailto:producaorealleza@gmail.com)

## Slam do Pedregal - PB

O slam do Pedregal, no Estado da Paraíba, se entrelaça diretamente com o movimento das batalhas de rima. No entanto, apenas no Pedregal a formação inclui também as batalhas de passinho do brega funk. O grito de poesia é: “Aqui é do Passinho ao Poeta Marginal, isso é o que? Batalha do Pedregal”. Essa abrangência de linguagens e expressões da arte concentradas em um único movimento revela o interesse no acolhimento em torno de uma finalidade: a cultura das favelas.

Na idealização desse projeto, temos Beck e Jéssica Preta, que chegaram a fazer 27 edições antes de terem suas atividades impactadas pela crise sanitária. No ano de 2020, a pandemia do novo coronavírus foi responsável

pela suspensão das atividades presenciais. De fato os movimentos de rua se viram obrigados a buscar novos caminhos, mas no Pedregal perceberam que a falta de tecnologia e domínio das ferramentas não possibilitavam que os jovens da favela pudessem se entreter ou compensar a falta do movimento de rua, daí criaram a Batalha da Quarentena.

A importância da Batalha da Quarentena para o Slam do Pedregal é tremenda, pois trata de um marco histórico para a poesia falada. Foi por meio desse movimento, modesto e sem grandes recursos, que se iniciaram as batalhas virtuais no Brasil. Com ela, passaram a interagir com outras comunidades e artistas, e a internet, então, virou um reduto de resistência poética que segue firme até que seja possível ocupar novamente as ruas.



POETA CHORÃO DA BATALHA DO PEDREGAL, 2ª EDIÇÃO: 2019. PEDREGAL, CAMPINA GRANDE (PB). FOTO: ACERVO PESSOAL

Instagram: [@batalhadopedregal](https://www.instagram.com/batalhadopedregal)  
Blog: [www.batalhadopedregal.com.br](http://www.batalhadopedregal.com.br)



## AGENDA DE OUTUBRO DE 2021

Tendo em vista a necessidade de permanecer em casa devido à pandemia mundial de Covid-19, a agenda deste mês será destinada à divulgação de programações online:



### **Programa Quinzenal Reconexão**

**Periferias** Terça- feira, às 17h (horário de Brasília). No canal da Fundação Perseu Abramo: [www.youtube.com/FundacaoPerseuAbramo](http://www.youtube.com/FundacaoPerseuAbramo)

### **Projeto Crochetando Empoderando**

com aulas de Muay Thai e defesa pessoal, brincadeiras infantis, conversas sobre crochê, saúde feminina e muito mais. Data: todos os domingos, das 15h às 18h. Local: Bairro Novo, no espaço do Serrana Esporte Clube - Serra Grande (BA)

**Revista “Dia de Feira: feirantes negras da agricultura familiar de base agroecológica e a pandemia de covid-19”** Conta a experiência de duas mulheres negras agricultoras do sertão central cearense durante a pandemia de Covid-19 e reflete sobre segurança alimentar, cultura, gênero e raça na perspectiva agroecológica. Disponível: [www.ressonanciapreta.com.br/diadefeira](http://www.ressonanciapreta.com.br/diadefeira)

### **Livro Um Olhar Preciso**

Publicação é fruto de um processo formativo da Iniciativa Negra por Uma Nova Política sobre Drogas e apresenta o olhar necessário da primeira organização negra a propor a centralidade da questão racial na política de drogas - publicação contemplada pela Chamada Pública do Projeto Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo em parceria da Friedrich-Ebert Disponível [aqui](#)

### **Primeiros dois episódios da série de vídeos do projeto Formatando Ideias, da Aec-Tea Associação**

essa ação foi contemplada pela Chamada Pública do Projeto Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo em parceria da Friedrich-Ebert Disponível [aqui](#)

### **Programação: Mamãe, Tem Uma Drag Queen Contando Histórias!**

Contação de histórias com Helena Black - Projeto: Bibliotecas Online 2021 - Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo Datas: 18/10 a 29/10 (de segunda a sexta, às 15:00) Transmissão: Facebook - @paulo.reis.39395 | [Youtube](#) Acesso grátis. Duração: 20 min. Classificação: Livre pARA todas as idades (indic: 4 anos) Retransmissão pelas redes sociais das bibliotecas municipais programadas. Helena Black no Instagram: @helenablackoficial



**18/10 às 15h** Biblioteca Anne Frank -  
História: A Galha Vaidosa

**19/10 às 15h** Biblioteca Brito Broca  
- História: O Galo e a Raposa

**20/10 às 15h** Biblioteca Sylvia Orthof  
- História: A Reunião Geral dos Ratos

**21/10 às 15h** Biblioteca Gilberto  
Freyre - História: O Lobo e a Cegonha

**22/10 às 15h** Biblioteca Cassiano  
Ricardo - História: O Sapo e o Boi

**25/10 às 15h** Biblioteca Aureliano  
Leite - História: A Lebre e a Tartaruga

**26/10 às 15h** Biblioteca Milton  
Santos - História: O Macaco e o  
Golfinho

**27/10 às 15h** Biblioteca Sérgio  
Buarque de Holanda - História: O  
Burro que Vestiu a Pele de um Leão

**28/10 às 15h** Biblioteca Vicente de  
Carvalho - História: O Homem, Seu  
Filho e o Burro

**29/10 às 15h** Biblioteca Raul Bopp -  
História: A Raposa e o Corvo

### Oficinas que serão oferecidas pelo Grupo Rosas Periféricas

as inscrições estão abertas. Os  
interessados devem acompanhar as  
informações pelas redes sociais do  
Grupo Rosas Periféricas.

#### Oficina: Construção de Rima |

Ministrante: Fanieh  
06/10 a 24/11. Quartas, às 19h

#### Oficina: Oficina de Passinho |

Ministrante: Pablinho IDD  
07/10 a 25/11. Quintas, às 19h

#### Oficina: História do Funk |

Ministrante: Renata Prado  
08/10 a 26/11. Sexta, às 19h

### Programa Voz da Mulher

produzido pela Associação Mulheres  
na Comunicação - Rádio Web Mulheres  
na Comunicação [https://www.  
mulheresnacomunicacao.com/](https://www.mulheresnacomunicacao.com/)

Todos os sábados às 8h, retransmitido  
de segunda a sexta-feira: 6h, 13h, 19h  
e 23h . O programa está disponível  
no Spotify, Google Podcasts, Apple  
Podcasts e Anchor, no canal "Mulheres  
na Comunicação"

### e-book Mulheres Negras Resistem: território, raça/cor e gênero

Disponível [aqui](#)

### Site Museu da Boa Esperança - Centro de Defesa Ferreira Sousa

[www.museudaboaesperanca.org/](http://www.museudaboaesperanca.org/)

Novas edições da Revista Sampa  
Mundi sobre Mulheres em Movimento  
na Zona Sul Disponíveis: [www.  
sampamundi.com.br](http://www.sampamundi.com.br)

## OPORTUNIDADES

Edital	Foco	Prazo	Link
Microprojetos Indígenas	O edital visa apoiar iniciativas locais individuais ou familiares que tenham como propósito complementar atividades produtivas tradicionais, combinadas com a conservação ambiental e os meios de vida das comunidades.	Inscrições contínuas	<a href="https://ispn.org.br/ispn-lanca-editais-de-micro-projetos-e-de-bolsas-para-estudantes-indigenas-universitarios/">https://ispn.org.br/ispn-lanca-editais-de-micro-projetos-e-de-bolsas-para-estudantes-indigenas-universitarios/</a>
Banco de Ideias Semente	Se propõe a conectar os Promotores de Justiça do estado de Minas Gerais com projetos socioambientais que precisam de investimento. Podem se cadastrar no Semente projetos de iniciativa pública, privada ou do terceiro setor, que atuem no estado de Minas Gerais.	Inscrições contínuas	<a href="http://site.sementemg.org/">http://site.sementemg.org/</a>
Google Brasil	O Google Brasil está recebendo inscrições para seu programa "Google para organizações sem fins lucrativos", que oferece ferramentas gratuitas de comunicação na web, visando aumentar a visibilidade e potencializar o impacto do trabalho das entidades.	Inscrições contínuas	<a href="https://capta.org.br/opportunidades/google-brasil/">https://capta.org.br/opportunidades/google-brasil/</a>
Edital Usiminas de Projetos Incentivados	A iniciativa tem o objetivo de garantir que os investimentos viabilizados por meio de benefícios fiscais sejam direcionados para ações aderentes às vocações e potencialidades dos territórios e impulsionem o desenvolvimento local. Estados contemplados: PE, SP, ES, MG e RS	Até 13 de outubro de 2021	<a href="https://prosas.com.br/editais/9886-edital-usiminas-de-projetos-incentivados-2021">https://prosas.com.br/editais/9886-edital-usiminas-de-projetos-incentivados-2021</a>

<p>Edital Catalisar 2021</p>	<p>O presente Edital é exclusivo a Organizações da Sociedade Civil (OSCs), de direito privado, devidamente formalizadas há pelos menos 02 anos, e seus projetos previamente aprovados em Leis Federais de Incentivo. Os projetos devem estar aprovados na respectiva lei e aptos a captar recursos no mês de dezembro de 2021. Para projetos aprovados na Lei Federal de Incentivo à Cultura (Rouanet) ou Lei Federal de Incentivo ao Esporte, só serão considerados projetos executados no estado do Rio de Janeiro.</p>	<p>Até 15 de outubro de 2021</p>	<p><a href="https://prosas.com.br/editais/9825-catalisar-2021-fcc-sa">https://prosas.com.br/editais/9825-catalisar-2021-fcc-sa</a></p>
<p>Edital Socioambiental de Furnas Edição 2021</p>	<p>Patrocínio de projetos de até dois anos que visem contribuir para que a conservação da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos se efetive como uma ferramenta de redução das desigualdades e desenvolvimento sustentável das comunidades do entorno dos empreendimentos da empresa. Poderão participar pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos fundações ou associações constituídas sob as leis brasileiras, que possuam objeto social compatível com a atividade a ser efetuada no projeto inscrito e pelo menos um ano de atividade.</p>	<p>Até 20 de outubro de 2021</p>	<p><a href="https://prosas.com.br/editais/9300-edital-socioambiental-de-furnas-de-apoio-a-projetos-de-conservacao-da-biodiversidade-brasileira-edicao-2021-prorrogaao#!#tab-vermais_descricao">https://prosas.com.br/editais/9300-edital-socioambiental-de-furnas-de-apoio-a-projetos-de-conservacao-da-biodiversidade-brasileira-edicao-2021-prorrogaao#!#tab-vermais_descricao</a></p>

## OPORTUNIDADES

Edital	Foco	Prazo	Link
Edital nº 002/2021 - Conexão Periferia - Premiação - Pessoa Física	Edital de premiação para pessoas físicas com o objetivo de promover a democratização do acesso à cultura através do fomento de ações formativas, fortalecendo novos territórios e estimulando as expressões locais e a participação de jovens artistas e agentes culturais no desenvolvimento e exercício da cidadania cultural. Foco: Minas Gerais	Até 20 de outubro de 2021	<a href="https://prosas.com.br/editais/9920-edital-no-0022021-conexao-periferia-premiacao-pessoa-fisica">https://prosas.com.br/editais/9920-edital-no-0022021-conexao-periferia-premiacao-pessoa-fisica</a>
Dança Acessível - Prêmio Festival Funarte Acessibili- dança Virtual 2021	As propostas devem prever a realização de um vídeo de Dança nas especificações do edital. Somente após o recebimento da primeira parcela, o selecionado deverá entregar o vídeo do espetáculo gravado e editado. O espetáculo poderá, a critério do selecionado, ser gravado nos espaços da Funarte localizados no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Brasília. Os vídeos serão incorporados ao acervo da Funarte e exibidos por meio de plataforma digital, compondo a programação do Festival Funarte Acessibilidança Virtual 2021.	Até 25 de outubro de 2021	<a href="https://prosas.com.br/editais/9772-danca-accessivel-premio-festival-funarte-accessibilidanca-virtual-2021">https://prosas.com.br/editais/9772-danca-accessivel-premio-festival-funarte-accessibilidanca-virtual-2021</a>
Edital Movimenta Literatura - Prêmio para escritoras e escritores conta- genses	O edital tem por objetivo premiar escritores e escritoras, maiores de 18 anos, residentes e domiciliados (as) em Contagem há pelo menos dois anos por obras inéditas (ainda não publicadas em qualquer veículo), em prosa ou verso e nos mais diferentes formatos (poesia, ficção, peças de teatro, contos, crônicas e outras modalidades). A obra poderá ser destinada aos mais diferentes públicos (infantil, infanto-juvenil, adulto).	Até 15 de outubro de 2021	<a href="https://prosas.com.br/editais/9806-edital-de-chamamento-publico-secej-0062021-movimenta-literatura-premio-para-escritoras-e-escritores-contagenses">https://prosas.com.br/editais/9806-edital-de-chamamento-publico-secej-0062021-movimenta-literatura-premio-para-escritoras-e-escritores-contagenses</a>